

A COLEÇÃO MUSEU DE MAGIA NEGRA DO RIO DE JANEIRO: O PRIMEIRO PATRIMÔNIO ETNOGRÁFICO DO BRASIL

Alexandre Fernandes Corrêa
Doutor em Ciências Sociais – PUC/SP
Pós-Doutor – IFCS/RJ
Professor Adjunto - UFMA
e-mail: alexcorrea@antropologia.com.br

Resumo

Este artigo analisa aspectos históricos e conceituais vinculados ao tombamento da Coleção Museu de Magia Negra do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 1938. Trata-se de uma reflexão sobre o conceito de etnografia no pensamento social brasileiro do início do século XX.

Palavras-chave

Patrimônio Etnográfico, Museologia, Memória Social

Abstract

This article analyze historic and conceptual aspects connected at the ethnographic herance. The Black Magic Collection Museum of the Rio de Janeiro was inscription in the Brazilian cultural patrimony in 1938. This article to deal about reflection of the ethnographic concept in the brazilian social thought in the last century.

Keys-words

Ethnographic Herance, Museology, Social Memory

mneme

revista de humanidades

Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.

V. 07. N. 18, out./nov. de 2005 – Semestral

ISSN -1518-3394

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme

1. Introdução

Este artigo é parte de um trabalho maior que constitui o ensaio produzido como resultado final de pesquisa para pós-doutorado, realizada no decorrer de 2005 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (CORRÊA, 2006).

A pesquisa desenvolveu uma investigação antropológica sobre o contexto histórico e cultural vinculado ao processo de tombamento da Coleção Museu de Magia Negra do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e contou com a supervisão da Profa. Dra. Yvonne Maggie, do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Em suma, o presente artigo trata do primeiro tombamento etnográfico do país inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Esse processo foi concluído em 1938, portanto logo nos primeiros anos de formação do IPHAN.

Neste texto sucinto almejou-se refletir sobre aspectos históricos e conceituais ligados às vicissitudes do uso do conceito de patrimônio etnográfico na sociedade brasileira, a partir do final do século XIX. Torna-se interessante recuperar esse processo de construção histórica da idéia de patrimônio etnográfico brasileiro particularmente nesse momento em que se debate tanto sobre a idéia de patrimônio imaterial, patrimônio intangível e memória social na cultura brasileira contemporânea. A recuperação da história desse tombamento revela aspectos epistemológicos que merecem a atenção dos pesquisadores interessados no assunto, pois se trata de um acervo que continua relegado a um plano secundário e envolvido em tabus e mistérios. O intuito foi de apresentar alguns caminhos possíveis para a interpretação desse curioso processo de tombamento. Destarte, aqui existe

condensada uma reflexão desenvolvida no ensaio original que poderá eventualmente despertar a curiosidade de alguns sobre esse tema instigante.

2. Tombamento Etnográfico

A construção do ‘olhar patrimonial’ sobre a Coleção Museu de Magia Negra começa a esboçar-se formalmente, no final da década de 1930. Para compreendê-la é preciso ter em mente a referência direta ao Anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, a pedido do Ministro Gustavo Capanema¹. Esse documento inovador e precursor proposto, depois modificado no Congresso Nacional, contém o conceito de patrimônio etnográfico. É no contexto das idéias pioneiras de Mário de Andrade que sobressai essa coleção inusitada e *sui generis*. As razões e os detalhes institucionais desse processo de tombamento revelam aspectos interessantes dos primeiros anos de constituição do olhar patrimonial sobre os bens culturais brasileiros.

O Processo de tombamento da Coleção Museu da Magia Negra está referenciado com o número 0035-T-38. É a primeira inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e

¹ O Anteprojeto de 1936, intitulado originalmente de SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), contém o seguinte texto: Livros de Tombamento e Museus. O SPAN possuirá quatro livros de tombamento e quatro museus, que compreenderão as oito categorias de artes (...) discriminadas. Os livros de tombamento servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao patrimônio artístico nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde. Eis a discriminação dos quatro livros de tombamento e dos museus correspondentes: 1. Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, corresponde às três categorias de artes, arqueológica, ameríndia e popular; 2. Livro de Tombo Histórico, corresponde à quarta categoria, arte histórica; 3. Livro de Tombo das Belas Artes / Galeria Nacional de Belas Artes, corresponde à quinta e sexta categorias, arte erudita nacional e estrangeira; 4. Livro de Tombo das Artes Aplicadas / Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, corresponde às sétima e oitava categorias, artes aplicadas nacionais e estrangeiras (Anteprojeto/1936, ANDRADE, 1981, p. 43).

Artístico Nacional (PHAN); e foi assinado pelo presidente do órgão, Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 5 de maio de 1938.

Essa coleção-museu ainda existe atualmente e continua incorporada ao Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Curiosamente, no processo original oficial arquivado no IPHAN não há informações e pareceres precisos sobre as justificativas para seu tombamento². No começo do Serviço do Patrimônio ainda não era praxe a confecção de pareceres de justificação dos processos, com textos teóricos e especializados – esse procedimento só passou a se tornar rotineiro com a constituição dos departamentos técnicos assessores do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Entretanto, é fato que esse processo de patrimonialização de objetos e peças de magia negra durante muitas décadas foi “relegado” ao esquecimento pelo próprio Instituto do Patrimônio, que relutava em reconhecer qualquer valor patrimonial nesse acervo considerado “bizarro”. Como essa coleção museológica heteróclita não se adequava aos princípios técnicos oficializados no Decreto-Lei N. 25/37³, a tendência dos técnicos e intelectuais do Serviço do Patrimônio, foi relegá-la a um plano marginal. Por muitos anos a referência oficial a essa coleção *sui generis* não apareceu listada nos documentos que arrolavam os bens e valores culturais móveis e imóveis tombados pelo Serviço do Patrimônio Nacional; simplesmente era ocultado dessas listas informativas. Um

² Nesse ponto particular parece justo afirmar que os membros da *Academia SPHAN*, reunidos em torno de Rodrigo Mello Franco de Andrade, procederam de forma apressada, contando que no futuro houvesse condições de avaliar e estudar melhor o valor cultural desse conjunto museológico bizarro e heteróclito, estranho à lógica patrimonial arquitetônica predominante no período. Além do mais, no primeiro período do órgão os processos não tinham o rigor técnico que possuem hoje; o primeiro documento interno a regulamentar o ritual processualístico para se fazer um tombamento foi a portaria N°11 de 30 de setembro de 1986. Ver nota anterior, onde se encontram explicações históricas mais detalhadas.

³ O Decreto Lei n.º 25/37 regulamenta o instituto do tombamento no Brasil. O documento original, escrito por Mário de Andrade (*Anteprojeto SPAN/1936*), continha aspectos inovadores que não foram incluídos no texto aprovado no Congresso Nacional.

exemplo concreto dessa "negação"⁴ pode ser constatado nos livros de resumos de bens tombados – o acervo do museu de magia negra não constava deles até o livro ser editado em 1984. Mas esse comportamento tabu não se dirigia somente a essa coleção, alguns outros tombamentos considerados problemáticos, como os dos "morros do Rio de Janeiro"⁵, também sofreram o impacto desses preconceitos produzidos no período designado de "fase heróica" dos tombamentos arquitetônicos de "pedra e cal": a "época de ouro" do Instituto do Patrimônio.

Têm-se várias opiniões registradas sobre os fundamentos ideológicos que justificavam as atitudes preconceituosas em relação a esse acervo patrimonial. De um modo geral, envolveu-se a coleção numa áurea de mistérios e tabus. Esse conjunto de objetos e peças foram considerados "sinistros", "bizarros", "primitivos" e "grotescos". Objetos e peças que não poderiam se enquadrar, de modo razoável, ao

⁴ "Negação" no sentido das reflexões sobre teoria da cultura: "uma permanente contribuição ao estudo do papel atribuído à dinâmica da memória e ao retorno do reprimido [...] deve-se reconhecer que os conceitos de latência e do retorno do reprimido são indispensáveis para qualquer teoria adequada da memória cultural. Eles precisam, no entanto, ser redefinidos em termos culturais. Freud nos recordou o fato de existir algo como o 'esquecimento cultural' ou mesmo a 'repressão cultural'. Depois de Freud, nenhuma teoria da cultura pode se dar ao luxo de não levar em consideração esses conceitos. O antigo conceito de tradição provou ser insuficiente" (Jan Assmann *apud* BERNSTEIN, 2000, p. 60).

⁵ Ver lista de tombamentos do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Como enfatizou o historiador Adler Fonseca: "O Museu da Magia Negra não foi o único "renegado" desse período. Outro caso é o dos "morros do Rio de Janeiro" (não sei se ainda há mais, esses dois são sempre falados), que também não aparece nas listas de bens tombados. Isso foi uma ação consciente do IPHAN da "fase heróica" (ah!), que achou que tinha feito bobagem com esses tombamentos e preferia "esquecer" que eles existiam - isso me foi dito pelo responsável pelo arquivo do IPHAN daquela época. Ou seja, apesar dos dois tombamentos ('morros' e 'museu da magia negra') serem válidos e defensáveis, o pessoal da "fase heróica" resolveu mudar de idéia depois e, por inação, deixar que os bens fossem destruídos. Eu me lembro ainda de uma época que sequer se sabia onde esse acervo estava! Uma regressão em relação às idéias mais liberais da época da criação do IPHAN. Ainda houve outros casos, menos gritantes, de preconceitos. Há um parecer do Lúcio Costa, referente a uma igreja jesuítica do século XVI, que ele pediu que fosse destombada no livro de belas artes, pois a fachada não seguia os "cânones artísticos"! A igreja não foi destombada, mas o tombamento foi alterado, para ser feito também no livro histórico (o livro histórico é visto como "menos importante" no IPHAN). Isso é muito preconceito..." CASTRO, Adler Homero Fonseca de. "Era da bagunça." Comunicação pessoal em 19 nov. 2005. **ICOMOS/Brasil (LIIB)**: lista de discussão na Internet. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil/message/9934>.

conjunto dos dispositivos técnicos consagrados pelo Decreto Lei N°. 25/37 – dispositivos convencionais que se limitavam à salvaguarda jurídica de objetos e prédios materiais e tangíveis, e não à preservação de objetos e peças que remontam seu significado simbólico à dimensão imaterial e intangível de conjuntos rituais, mágicos e religiosos. Todo um pensamento convencional e tecnocrático se preservava preconceituosamente de qualquer contágio no trato desse conjunto museológico.

O certo é que após algumas décadas, desde a proposição e o efetivo tombamento dessa coleção, e depois de contínuos atos de negligência e desprezo institucional, o acervo está instalado em ‘reserva técnica’ junto ao Museu da Polícia Civil no Rio de Janeiro, na Rua da Relação N°. 42, no Centro da Capital.

Desde as pesquisas que se realizaram para doutoramento de 1997 a 2001, vem-se demonstrando e desenvolvendo interesse por esse conjunto museológico heteróclito e anti-convencional. Vem-se refletindo, desde então, sobre seu estatuto museológico. Afinal, qual é a pertinência de se classificar esse acervo como bem de natureza etnográfica? De que maneira essa classificação reflete um sentido pejorativo dominante em relação aos outros acervos de cultura e religião populares brasileiros?⁶ Mas é certo que os preconceitos da “época de ouro” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional são flagrantes: em qualquer interpelação aos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fica patente o comportamento tabu expresso na reação adversa e desconcertante, quando se evita fazer qualquer referência direta a essa coleção.

Crê-se ser importante compreender a lógica subjacente às classificações patrimoniais convencionais e também as metamorfoses e mutações conceituais atuais vinculadas especialmente a esse processo de tombamento. Afinal, a pergunta básica é

⁶ Enquanto os bens e acervos de ‘arte-sacra’ católica são inseridos nos livros de Tombo Histórico e de Belas-Artes, os bens e acervos de religião e magia populares são classificados como ‘etnográficos’.

a seguinte: qual é a pertinência e a atualidade do volume etnográfico dos Livros do Tombo?

É preciso adiantar, desde já, que não se compartilha da idéia dos que desejam o fim dos Livros do Tombo. O fato de se constatar uma certa obsolescência do Decreto-Lei N°. 25/37 não deve causar ilusões ou precipitações em conclusões apressadas e ingênuas⁷. É cada vez mais perceptível que há um trabalho subterrâneo de desregulamentação do Decreto Lei N°. 25/37⁸. Todavia, considera-se que os bens que estão inscritos no volume etnográfico do LAEP⁹ devem ter um tratamento conceitual que não pode se limitar ao uso das categorias estabelecidas nas décadas de 1920 e 1930. Convém lembrar que a lei do tombamento foi formulada antes de fatos históricos importantíssimos, como a II Guerra Mundial e o início da descolonização da África. É com esse espírito crítico que se desenvolve um panorama sumário das transformações históricas no uso do conceito.

3. Patrimônio etnográfico: metamorfoses conceituais

A etnografia é a interpretação das culturas.

James Clifford. 1998

⁷ Em nome de uma política de empregos e moradia, oferecidos em zonas de pobreza (como cortiços, albergues, sobrados e palacetes antigos), localizados nos sítios históricos brasileiros, sugere-se a 'desregulamentação' do tombamento, para facilitar novos empreendimentos, como a construção de cassinos e hotéis, para a indústria turística e hoteleira, etc. (CORRÊA, 2003, p. 172).

⁸ Matéria publicada no Jornal da USP – *Para sempre às margens do Ipiranga*. Nessa reportagem comemora-se, enfim, depois de sessenta anos, o tombamento definitivo do Museu Paulista. Modesto Carvalhosa comenta os riscos crescentes da 'desregulamentação do tombamento' nesse processo: todos esses anos foi contestado por interesses de construtoras que não aceitavam "a lei do tombamento que cria uma área de proteção contra modificações num raio de 300 metros do patrimônio" (7 de março de 1999, p.20).

⁹ LAEP – Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No trabalho que se realizou para doutoramento em Ciências Sociais: Antropologia (PUC/SP – 2001) procurou-se desenvolver o tema do surgimento dos novos patrimônios culturais na sociedade brasileira, a partir da década de 1980. São bens e acervos culturais que escapam da lógica classificatória delineada no Decreto Nº. 25 de 1937. São novos patrimônios culturais que surgem no cenário social e que não se enquadram com facilidade no quadro de referência conceitual esboçado no referido decreto. Esse estudo levou à consideração da possibilidade de superar o paradigma dominante nas políticas culturais em relação aos novos patrimônios coletivos, realizando o trajeto de uma arqueologia da idéia de etnográfico nessa sociedade.

Após concluir a tese¹⁰, na qual se estudaram tombamentos históricos e etnográficos em São Paulo e em São Luís do Maranhão, pôde-se ter certeza de que era necessário avançar mais na análise sobre os patrimônios culturais na atualidade, aprofundando a percepção que se tinha sobre o conceito específico de patrimônio etnográfico na sociedade brasileira. Dessa forma, enfocando de modo particular a questão da emergência do conceito de etnográfico procurou-se, neste estudo, responder a perguntas, tais como: quais foram os primeiros autores a utilizar este conceito no mundo ocidental e no Brasil? Quando se deu seu enunciado e em que contexto? Quais os significados adotados inicialmente? De que modo permanece, ou não, um sentido consensual? O conceito de etnográfico adquiriu sempre e em toda a parte o mesmo significado? No contexto anglo-saxão, ou europeu, ou mesmo latino, etnografia teve sempre o mesmo sentido, ou não? Quais são suas possíveis significações? Essas indagações se conjugam ao seguinte questionamento: qual a atualidade do etnográfico na sociedade brasileira?

¹⁰ *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Luís e São Paulo.* São Luís: EDUFMA. 2003

Essas são algumas das perguntas que motivaram o desenvolvimento desta parte da pesquisa, na qual se trata da história cultural dos usos e significados do conceito de patrimônio etnográfico. Através de uma arqueologia dessa noção e de sua enunciação, procurou-se desenvolver a gênese da idéia de um patrimônio etnográfico brasileiro. Mas a questão subjacente a esse esforço é a análise da lógica classificatória que define o que é e o que não é etnográfico na sociedade, a saber: como se construiu a lógica classificatória dominante no contexto cultural, especialmente a que se refere à inscrição de um bem cultural na categoria etnográfico no Livro do Tombo¹¹ federal?

Crê-se que é a partir da análise crítica da lógica classificatória¹², constituída no campo dos discursos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, que se pode compreender como um bem ou acervo é definido, ou não, como bem cultural etnográfico. Neste trabalho almejou-se, então, desvendar essa lógica classificatória através de seus pressupostos históricos.

Para desvendar a lógica classificatória subjacente, que legitima a inscrição de um bem ou acervo cultural brasileiro como um patrimônio etnográfico, foi necessário analisar com profundidade, através da contextualização de ordem mais abrangente – para além da simples descrição do acervo cultural escolhido como objeto deste ensaio – o processo de tombamento da Coleção Museu de Magia Negra no Rio de Janeiro.

¹¹ Livro do Tombo, instituído em 1937 pelo antigo SPHAN, hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

¹² “Sendo a lógica das classificações o próprio objeto da Antropologia desde seu nascimento, podemos dizer que os sistemas classificatórios, a partir dos quais são decalcados significados, marcam distinções no social. O que significa que as distinções não estão contidas nas coisas ou nos seres. (...) Cada sociedade é, assim, resultado ou marca das suas escolhas classificatórias, não havendo sociedade humana pré-lógica ou sem lógica. Todo sistema classificatório tem sua lógica interna e cada sociedade é portanto escrava e senhora, ao mesmo tempo, do sistema classificatório que preside sua existência. A classificação não é uma essência, e o social é sempre construção” (MAGGIE, 1996, p. 226).

O propósito que se teve foi encontrar, com a investigação histórica e epistemológica, uma fonte mais plena de sentido para os usos, hoje tão diluídos, do conceito de etnográfico na sociedade, tanto no meio acadêmico, quanto no senso comum. Essa diluição tem gerado muita confusão: parece ser necessário atingir um novo quadro conceitual mais adequado à nova realidade cultural.

Assim, procurou-se refletir sobre a pertinência de se classificarem os acervos culturais, dessa natureza, na categoria de bens etnográficos, e de que maneira essa classificação acabou por reduzir-se a um sentido pejorativo dominante em relação aos acervos de cultura e religiões populares brasileiros. Destaca-se desse conjunto de questões o fato de que essa Coleção Museu de Magia Negra em particular, por muitos anos foi relegada a um plano desprestigiado¹³. Talvez, se se vier a compreender melhor a lógica subjacente a essas classificações, poder-se-á superar o estado deplorável de abandono em que hoje ainda se encontra essa coleção.

Esse trabalho de pesquisa que se desenvolve se inspira numa frase simples de Mário de Andrade: “Não é só expor... mas agir”. O conceito de patrimônio cultural só será verdadeiramente pertinente se for articulado à política de salvaguarda patrimonial em que a ação cultural integre ao mesmo tempo a preservação, a conservação e a promoção dos bens e acervos tombados e registrados. Já a idéia de um patrimônio etnológico, ou etnográfico, parece ainda refletir um colonialismo (externo e interno), hoje inaceitável, o que explica, em parte, a inação cultural em relação aos bens classificados nessa categoria patrimonial.

Para superar essas contradições e ambigüidades teóricas e práticas retomaram-se as fontes mais genuínas de sua positividade, considerando os usos do conceito de patrimônio etnográfico a partir das seguintes hipóteses: a) noção

¹³ Durante anos esse acervo foi "renegado" pelo instituto, que não reconhecia seu valor cultural. Um exemplo dessa "negação" pode ser visto nos livros resumos de bens tombados. Como foi visto, o acervo do Museu de Magia Negra não constava neles, até o livro de 1984.

pejorativa - reflexo do eurocentrismo subjacente ao seu uso dito 'científico'; b) visão interna - área cultural particular. Na primeira hipótese comumente se cai, sem muitos cuidados, no universalismo humanista ingênuo; já na segunda, mergulha-se cegamente no relativismo fragmentador¹⁴.

Essas são hipóteses utilizadas preliminarmente que refletem uma tomada de posição crítica e política – não se crê ser possível manter-se neutro nesse domínio da ação cultural. Assim, essa pesquisa parece adquirir uma importância singular, pois investiga os usos do termo *etnográfico* no início do século XX no Brasil – especialmente em relação à Coleção de Magia Negra do Rio de Janeiro – contribuindo, por um lado, para o aprimoramento do debate em torno da preservação desses acervos que por várias décadas permaneceram, e ainda permanecem, abandonados à sorte e à ação devastadora das intempéries e, por outro, para o reconhecimento de que se trata de um instrumento crítico significativo que poderá servir de ferramenta para ultrapassar a confusão reinante e superar as dicotomias ainda dominantes nesse campo do conhecimento e da ação política cultural.

Todavia, no plano mais concreto do debate político, esse estudo histórico e crítico avança no sentido de refletir sobre as potencialidades da idéia de uma *cidadania cultural*, tão almejada na sociedade brasileira e latino-americana. Ao apontar para a necessidade de superar visões fragmentadas da realidade cultural, procura-se compreender as particularidades culturais para além do difundido *elogio da diferença*. Esse trabalho é um esforço no sentido de uma *política do reconhecimento*¹⁵ das

¹⁴ “Na antropologia pré-relativista, os Ocidentais consideravam-se como superiores a todos os outros povos. O relativista substitui esta barreira hierárquica detestável por um ‘apartheid’ cognitivo: se não podemos ser superiores nem mesmo universo, que cada povo viva no seu próprio universo” (SPERBER, 1992, p. 95).

¹⁵ Referência importante sobre esse debate encontra-se na obra *A Vida em Comum* de Tzvetan Todorov, especialmente no capítulo 3, *O Reconhecimento e seus Destinos*: “É o reconhecimento que determina

singularidades culturais humanas, através da abordagem antropológica e da análise intercultural para evitar os riscos de uma prática racista que atua “não em termos de exclusão, mas enquanto estratégia de inclusão diferencial” (Hardt, In, ALLIEZ, 2000, p. 365).

4. A palavra “etnografia”: origens

Nesta parte do trabalho toma-se em consideração o que escreveu Fernando de Azevedo, na obra *A Cultura Brasileira*:

As palavras também viajam, emigram freqüentemente de um povo para outro e, quando não ultrapassam as fronteiras de um Estado ou os limites da língua em que se formaram, atravessam as classes e os grupos sociais, colorindo-se de “tonalidades distintas que nelas se fixam e acabam por lhes aderir”, e são provenientes ou da mentalidade particular dos grupos, coexistentes no interior de uma sociedade, ou do gênio do povo a cuja língua se transferiram. Assim, enquanto a ação geral de uma sociedade tende a uniformizar a língua, modelando-a à sua imagem, a ação dos grupos particulares tende a diferenciá-la, ao menos quanto ao vocabulário. “Cada ciência, arte, ofício, compondo sua terminologia, marca com seu caráter as palavras da língua comum”. O vocabulário de uma ciência constitui-se, pois, ora com neologismos, isto é, com palavras criadas especialmente para designar idéias e noções novas, ora pela introdução, na terminologia científica, de vocábulos vernáculos ou adventícios já em circulação, tomados à língua comum, com sentidos determinados (AZEVEDO, 1971, p. 29).

No sentido de avançar na análise das particularidades do uso do conceito de patrimônio etnográfico no país, compreende-se ser de fundamental importância apresentar as bases históricas e conceituais que deram condições epistemológicas para a emergência de um discurso etnográfico, não só no Brasil, mas no mundo ocidental. Para tal recorreu-se a um trabalho crítico de grande envergadura, capaz de eliminar de imediato qualquer sedução impressionista simplificadora. Segundo

mais do que qualquer outra ação, a entrada do indivíduo na existência especificamente humana” (TODOROV, 1996, p. 89).

Louis-Vincent Thomas as origens dos termos *etnologia*, *etnografia* e *antropologia*, são as seguintes:

O termo *etnologia* dataria de 1787; ele é devido a De Chavannes, moralista erudito, autor do *Ensaio sobre a Educação Intelectual com o Projeto de uma Ciência Nova* que se reduziria, de fato, a um ramo da filosofia da história, descrevendo, numa perspectiva evolucionista *avant la lettre*, as etapas do homem para civilização. O aparecimento do termo *etnografia* seria mais tardio, pois é atribuído ao historiador alemão B. G. Niebuhr (filho do célebre viajante arabizante K. Niebuhr) a propósito de um curso proferido na Universidade de Berlim por volta de 1810; mas foi o italiano Balbi, residente em Paris, que vulgarizou o termo em seu célebre *Atlas Etnográfico do Globo*, em 1826: ele vê na etnografia uma tentativa de classificação dos grupos humanos, especialmente a partir da identificação de seus traços lingüísticos. Enfim, o substantivo *antropologia*, após ter especificado um modo de simbolização, teve de esperar Pascal e sobretudo os filósofos do século XVIII para designar um “tratado sobre a alma e o corpo do homem”, e depois os naturalistas, em particular o alemão J. F. Blumenbach, de Göttingen, que se esforça por reinserir o homem nos esquemas biológicos da criação (*De Generis Humani Varietate Natura*, 1795). Alias, foi nesta perspectiva “naturalista” (não propôs ele uma classificação das raças humanas?) que o grande filósofo racionalista E. Kant se colocou, entregando assim o termo ao grande público, em sua *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*, de 1789 (Louis-Vincent Thomas In CHÂTELET, 1981, p. 125).

Contudo, não se tem a pretensão de realizar uma exegese de todos os sentidos que os três vocábulos em foco adquiriram, nem no tempo, nem segundo autores, países ou tradições teóricas. O próprio Louis-Vincent Thomas adiantou que esse seria “um trabalho longo e tão fastidioso quanto inútil”. Todavia, parece útil seguir, ao menos sumariamente, a orientação proposta acima e esquadriñar os usos e definições estabelecidos e consagrados.

Desde o aparecimento histórico dos termos aqui considerados, no decorrer do século XVIII até os dias atuais, muitas transformações políticas e econômicas ocorreram no mundo ocidental. Porém os significados ligados a essas palavras permanecem ancorados no velho projeto colonialista e imperialista europeu, decifrados por Jean Copans (1971) e Louis-Vincent Thomas (In CHÂTELET, 1981). Mantiveram-se incólumes seus vínculos com as ideologias do progresso e da

evolução tecnológica. São nomenclaturas consideradas ‘científicas’, mas que não podem ser descontextualizadas e entendidas fora do cenário político e histórico de formação e expansão do capitalismo ocidental. Nesse sentido, só se encontra alguma metamorfose dos significados nos usos desses termos após a Segunda Guerra Mundial (1938-1945) e o início da descolonização e independência dos países africanos e asiáticos.

Destarte, antes de seguir no exame das características conceituais e políticas do uso desses termos – o que será feito a seguir a partir da análise do contexto brasileiro – aponta-se, como base para reflexão, a obra de Claude Lévi-Strauss, avançando no rigor da conceituação e do perfil epistemológico da enunciação dos citados termos¹⁶.

Assim, tem-se para o intelectual de hoje um quadro de referência bem configurado, apoiado na obra capital de C. Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural I*, escrita nos anos de 1960.

Segundo esse autor clássico,

a *etnografia* consiste antes de tudo na ‘observação e na análise de grupos humanos considerados em sua particularidade (...) e visando à restituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles’, ao passo que a *etnologia* ‘utiliza de modo comparativo os documentos apresentados pela etnografia’ (...) Portanto a etnologia é um grau de generalização mais elevada que nos conduz a Antropologia, pois ela pretende realizar o conhecimento total do homem (e de todos os homens), desde suas origens até nossos dias, através da pluralidade de suas culturas ou de suas civilizações, das mais modestas às mais prestigiosas (In, CHÂTELET, 1981, p.126).

¹⁶ Cabe ressaltar que esse autor não é referido casualmente. Note-se que, em 1934, Claude Lévi-Strauss esteve na Missão Francesa na USP, ministrando aulas de sociologia, além de realizar pesquisas entre os indígenas do Brasil Central. Outro fato que será explorado mais na frente do texto deve ser considerado, levando-se em conta que esse autor, juntamente com sua esposa, à época Dinah Lévi-Strauss, participaram da fundação da Sociedade de Etnografia e Folclore do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, a qual teve em Mário de Andrade seu grande patrocinador e animador. Essa sociedade, sob influencia desses pesquisadores franceses, tornaram o uso da *etnografia* mais acadêmico e científico, superando um certo amadorismo literário e folclorista, marca do período anterior.

Diante desse quadro, a *etnografia*, a *etnologia* e a *antropologia* não se constituem em três ciências diferentes e separadas, mas integram ‘três etapas sucessivas’ da mesma pesquisa. Resumidamente, a etnografia constitui a abordagem elementar, a etapa que reúne os materiais¹⁷, ao passo que a antropologia se permite interpretar e construir sistemas, cada vez mais gerais e abstratos. Entretanto, apesar desse esquema conceitual hoje consagrado, para Louis-Vincent Thomas, são duas as tendências que animam atualmente a antropologia, sintetizadas por M. Godelier: “De um lado, uma pretensão totalitária de ser a síntese de todas as ciências do homem, do outro, uma ambição mais modesta de ser uma ciência regional que trata de realidades sociais, históricas e específicas” (In, CHÂTELET, 1981, p. 127).

Configurado o quadro de referência conceitual, utilizado atualmente pela antropologia contemporânea, não se esgota, todavia, o perfil histórico e ideológico que atravessa os usos teóricos e práticos desses termos. A contextualização panorâmica lembra as ligações íntimas da etnologia com o colonialismo, nos seus primórdios, e com o imperialismo, nas suas transformações mais recentes, no alvorecer do uso disseminado com a moda da ‘etnicidade’¹⁸, no contexto das mutações sociais designadas como processos de globalização, ou mundialização (IANNI, 2001).

Esse tema de história crítica da disciplina foi enfatizado por Louis-Vincent Thomas¹⁹ e Jean Copans²⁰, entre outros, e não pode ficar relegado a plano secundário,

¹⁷ Em muitos aspectos essa concepção se assemelha à proposta de uma ‘micro-sociologia’ feita por Georges Gurvitch (1977).

¹⁸ Como escreveu Pedro Gómez García: “Recordemos de paso que el término ‘etnicidad’ no es sino un calco del inglés *ethnicity*, que equivale simplemente a etnia; aunque en español [e em português também] se le da a veces el sentido del conjunto de cualidades que caracterizan una etnia o la hacen ser lo que es, asemejándose entonces a la idea de ‘identidad étnica’”. Texto *Las ilusiones de la ‘identidad’: la etnia como pseudoconcepto*, publicado na GAZETA DE ANTROPOLOGÍA Nº 14 – 1998.

¹⁹ Texto básico utilizado, intitulado *A Etnologia, mistificações e desmistificações*, contido na História da Filosofia, Volume VII, de François Châtelet (1981).

especialmente quando se invocam as implicações ideológicas dos usos teóricos e práticos desses termos, aparentemente neutros. O esforço que aqui se faz é no sentido de ultrapassar os obstáculos epistemológicos inerentes ao uso não crítico do termo 'etnográfico'. Ao sugerir a superação desse impasse, invocou-se a percepção sutil de James Clifford, construída a partir de sua investigação das relações entre a etnografia e o surrealismo na França, no intervalo das duas Guerras Mundiais:

O termo etnografia, tal como o estou usando aqui, é diferente, evidentemente, da técnica de pesquisa empírica de uma ciência humana que na França foi chamada de etnologia, na Inglaterra de antropologia social, e na América de antropologia cultural. Estou me referindo a uma predisposição cultural mais geral, que atravessa a antropologia moderna e que esta ciência partilha com a arte e a escrita do século XX. O rótulo etnográfico sugere uma característica atitude de observação participante entre os artefatos de uma realidade cultural tornada estranha (CLIFFORD, 1998, p. 136).

Este ensaio tenta caminhar nessa direção, que parece fecunda, vertente que abre novas veredas para a aventura antropológica. Pretende-se explorar ao máximo essas transformações de sentido e desenvolver teoricamente as metamorfoses pelos quais o conceito etnográfico tem passado na sociedade moderna e contemporânea.

Aspectos mais pontuais desse processo serão explorados com mais propriedade na seqüência do texto, quando se faz uma incursão no domínio discursivo dos intelectuais brasileiros, especialmente Sílvio Romero e Mário de Andrade. Antes de penetrar nesse universo mais específico, é preciso configurar ainda o solo em que esses termos evoluíram e frutificaram, em no país.

No trabalho de construção do Projeto de Pesquisa para Pós-Doutorado, apresentou-se uma hipótese mais ambiciosa; por força, porém das circunstâncias do tempo, precisou-se restringir o foco de análise às coleções etnográficas criadas

²⁰ Texto de referência, intitulado *Da Etnologia à Antropologia*, o qual se encontra no livro *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* (COPANS, 1971).

especificamente na década de 1920 e 1930 no Brasil. Redefinidas, enfim, as coordenadas da pesquisa passou-se a trabalhar com uma arqueologia do conceito de patrimônio etnográfico, procurando compreender sua emergência como conceito no discurso patrimonial brasileiro do final do século XIX e no início do século XX. Ao enfocar a Coleção de Magia Negra do Rio de Janeiro, sem negligenciar, contudo, a Missão de Pesquisas Folclóricas de São Paulo (Coleção Mário de Andrade), poder-se-ia colocar em prova a hipótese defendida na tese de 2001, qual seja, da vocação museológica dos tombamentos definidos como patrimônios etnográficos (CORRÊA, Alexandre, 2003).

Os pressupostos da primeira mirada que se fez sobre as coleções etnográficas escolhidas para análise, estavam apoiados em pressuposições precipitadas. Após ultrapassar as limitações do impressionismo empírico, e ter aprofundado as bases teóricas dos usos dos termos e conceitos, encaminhou-se a investigação para os primórdios da idéia de etnografia ligada às pesquisas do folclore e da literatura popular, de um lado, e, de outro, aos primórdios do movimento modernista no Brasil. Nesse trajeto, no que se refere mais especificamente ao termo e conceito de etnográfico, analisaram-se algumas contribuições de autores que refletiam as metamorfoses que o termo etnográfico sofreu, no período considerado.

Entre os autores que se destacam na cena antropológica da virada do século XIX e do início do século XX, escolheu-se trabalhar com: Gonçalves Dias, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Mário de Andrade, por razões que serão explicitadas a seguir. Um panorama sobre essas contribuições teóricas pode esclarecer alguns aspectos importantes nas mutações ocorridas no uso do termo etnográfico no Brasil.

5. Critério Etnográfico

Os antecedentes do uso do termo *etnografia* no Brasil remontam a D. Pedro II que, em decreto assinado em outubro de 1856, seguindo sugestão do Instituto Histórico e Geográfico, criou a Comissão Científica de Exploração, destinada a estudar os recursos naturais das províncias do norte do país. Nessa Comissão foi distinguida uma seção de Etnografia, para cuja chefia foi designado o poeta maranhense Gonçalves Dias. Eis o primeiro etnógrafo oficial brasileiro!

Os detalhes dessa expedição, realizada três anos após sua criação, estão repletos de aspectos pitorescos que, no entanto, não podem ser tratados aqui em pormenor. Importa enfatizar o que efetivamente se efetuou, enquanto *etnografia*, nessa primeira expedição científica oficial. Cabe dizer que ela seguiu os moldes do que se definia como prática etnográfica na Sociedade de Antropologia de Paris; estava, portanto, atualizada nos preceitos metodológicos que vigoravam nos meios acadêmicos da metrópole européia vanguardista.

Apesar de ser poeta reconhecido como representante do nativismo romântico, Gonçalves Dias, curiosamente, por diversas vezes anunciou que preferia ser reconhecido e lembrado mais como cientista do que como poeta, fato que poderia indicar a alta qualidade, ou, ao menos, a sua dedicação determinada na confecção do relatório da primeira expedição científica no Brasil. Contudo, lamentavelmente, o relatório dessa expedição – se é que foi escrito – nunca foi publicado ou divulgado. Como é sabido, Gonçalves Dias estudou etnologia na Universidade de Coimbra e lá escreveu diversos textos sobre a realidade indígena e sobre o fenômeno da mestiçagem – tema que lhe interessava especialmente. Não foi à toa que a expedição, referida acima, iniciou seus trabalhos pelo Estado do Ceará, local que Gonçalves Dias considerava como “aquele em que se contam menos escravos e onde se encontram menos indivíduos da raça indígena pura, seja ao mesmo tempo a que apresenta os

tipos mais belos e mais bem caracterizados de mistura das raças” (CORRÊA, Mariza; 1998, p. 48).

Entretanto, permanece a questão: o que de fato Gonçalves Dias empreendeu enquanto *etnografia*, nessa expedição pelo norte do país? Sabe-se que o trabalho científico foi definido nos termos de um registro minucioso, com instruções detalhadas, contendo a descrição pormenorizada e precisa dos aspectos físico, moral e social dos indígenas do Brasil:

Deveria moldá-los e retratá-los em diversas posições, medir sua estatura, força muscular e ângulos faciais, verificando a aplicação das teorias de Gall e Camper. Deveria observar sua atitude, mímica, hábitos, crenças, modo de enterrar os mortos, vida social, grau de cultura, disposição das casas e aldeias; alimentação, métodos de agricultura e comércio e número da população. Aprender as línguas das várias nações, redigindo a sua gramática, e um ‘codigozinho de todos os atos dos indígenas, que se assemelhe a uma espécie de Direito Público Internacional’. Deveria ainda colecionar múmias, crânios, armas, ornatos, utensílios domésticos e de trabalho e instrumentos musicais. E levava também o encargo diplomático de recolher as opiniões e queixas dos índios sobre os brancos, verificando se não seria possível ‘chamar à indústria tantos braços perdidos’ (CORRÊA, Mariza, 1998, p. 48).

É difícil imaginar como um único homem poderia realizar tarefa tão imensa. Mas esses foram, enfim, os objetivos específicos da seção de etnografia da comissão. A descrição dos detalhes dessa aventura etnográfica chama atenção, curiosamente, para o fato extraordinário de não se distinguir muito daquelas que serão transmitidas pelo casal Lévi-Strauss, quase 50 anos depois, na Sociedade de Etnografia e Folclore, fundada e dirigida por Mário de Andrade, na cidade de São Paulo. As semelhanças com aquele modelo etnográfico pioneiro confirmam a importância do legado histórico dessa expedição científica pioneira²¹.

²¹ Aspecto que pode ser constatado na leitura dos Boletins da Sociedade, em que eram descritos os procedimentos e métodos de trabalho, semelhante ao programa do curso oferecido por Dinah Lévi-Strauss (Sociedade de Etnografia e Folclore, São Paulo: CCSP, 2004).

Assim, é certo que, desde a década de 1860, as palavras etnografia, etnologia e antropologia passaram a ser usadas de um modo indiferenciado, sem rigor conceitual, sem muitas distinções de tarefa e objetividade. Contudo, percebe-se a forte tendência na configuração de uma prática caracterizada hoje como sendo típica da ‘antropologia física’. Desse modo, configura-se, muito resumidamente, o uso das palavras etnografia, etnologia e antropologia no Brasil no início da segunda metade do século XIX.

Em 1876, alguns anos após a experiência dessa extraordinária expedição científica ao norte do país, foi criada a seção de Antropologia no Museu Nacional, sob a direção de Ladislau Neto. No Boletim *Arquivos do Museu Nacional* publicou-se o artigo de João Batista de Lacerda, intitulado ‘*Contribuições para estudo antropológico das raças indígenas*’, marcando a ênfase que, nessa época, recaía sob os aspectos físicos e biológicos dos grupos raciais. Nessa mesma linha, encontra-se a Exposição Antropológica de 1882, que confirma a mesma característica, agora compartilhada por instituições como o Museu Paulista (SP) e o Museu Goeldi (PA).

Seguindo essas mesmas tendências, observa-se, em Sílvio Romero, o uso desses termos, com algumas nuances e sinais superficiais de transformação, não implicando em metamorfoses profundas. Em 1875, Sílvio Romero publicou *Etnologia Selvagem*, texto que inaugura suas preocupações fundamentais, quando admitia, já em 1888, que “o concurso das diversas raças no espetáculo de nossa história, problema peculiar de etnografia brasílica, (foi a) base de todos os meus trabalhos de crítica literária” (CORRÊA, Mariza; 1998, p.50).

Os textos de Sílvio Romero têm merecido crescente interesse acadêmico. Novas pesquisas têm oferecido análises em que se reconhece que esse autor produziu reflexões de alcance crítico importante e fecundo. Sílvio Romero reivindica o posto de pioneiro na introdução do chamado ‘critério etnográfico’ por volta de 1869/70, na

crítica literária brasileira. Para ele era de fundamental importância usar esse ‘critério’ como “base principal da compreensão das literaturas, nomeadamente a literatura de um povo misturado como o povo brasileiro” (Romero *apud* MATOS, 1994, p. 86). Contudo, Sílvio Romero, com essa visão, não deixa de reproduzir o ambiente ideológico da Europa, em que a etnografia participa do sucesso crescente das ciências humanas naquele período histórico, sucesso baseado nas pesquisas biológicas e no êxito das idéias revolucionárias de Charles Darwin, que publicou sua obra máxima *Origens das Espécies*, em 1859. As idéias darwinistas acabaram por somar-se ao evolucionismo social de Herbert Spencer, consagrando-se nessa época a teoria evolucionista clássica, em que a etnografia acabou por adquirir um sentido especificamente ligado ao registro das fases e períodos étnicos da espécie humana no caminho da superação da barbárie e da selvageria, para atingir, enfim, a civilização – postulados encontrados nas obras clássicas de Lewis Henri Morgan, *Sociedade Primitiva* (1870), e Sir Edward Tylor, *Cultura Primitiva* (1871).

Mariza Corrêa sintetiza assim esse processo de consagração dos termos analisados:

Embora nunca mencione a definição de Balbi (1826), S. Romero talvez acentue no uso do termo etnografia a conotação de classificação dos grupos humanos através de sua língua, que ele originalmente possuía – talvez a mesma razão da escolha do termo para nomear a seção entregue a Gonçalves Dias na Comissão Científica. Se à etnografia parece ficar reservada a definição (cultural), de um grupo humano, antropologia nos textos de S. Romero parece referir-se exclusivamente ao domínio do biológico nessa definição (1998, p. 50).

Mariza Corrêa segue esse raciocínio quando avança sua reflexão para a análise dos trabalhos de Nina Rodrigues, realizados inicialmente em São Luís e desenvolvidos extraordinariamente em Salvador na Bahia, constituindo verdadeira Escola de Medicina Legal.

Esta é também a maneira como Nina Rodrigues vai utilizar a palavra, desde as epígrafes como ‘antropologia patológica’ ou ‘antropologia criminal’, que encimam seus artigos sobre mestiçagem ou estudos de craniometria na *Gazeta Médica da Bahia*, passando por *As Raças Humanas* e até *Os Africanos no Brasil*. Ao justificar sua análise do vocabulário das línguas africanas faladas no Brasil, Nina Rodrigues parece dar ao termo etnografia a mesma conotação aqui sugerida para o uso dele por S. Romero, afirmando que o ‘assunto sai dos domínios restritos da lingüística para o domínio mais geral da etnografia e da história’ (1998, p. 51).

No sentido de configurar o quadro panorâmico esboçado sobre os usos das palavras etnografia, etnologia e antropologia, nessa segunda metade do século XIX, convém fechar esse ciclo com uma referência à obra de Euclides da Cunha, em especial *Os Sertões*, publicada em 1902. Nessa obra máxima, tem-se um capítulo importante, em que o autor esboça suas idéias e desenha o quadro de formação do povo brasileiro, intitulado *Complexidade do Problema Etnológico do Brasil*. Nesse texto analisa os ‘tipos antropológicos de graus díspares nos atributos físicos e psíquicos’, que formaram a ‘nossa raça’. Por diversas vezes critica os ‘nossos antropólogos’, polemizando com o nativismo de Gonçalves Dias e o tema do ‘branqueamento’ de Sílvio Romero. Segundo Mariza Corrêa, Euclides da Cunha, em relação à mestiçagem, acaba por se aproximar mais das idéias de Nina Rodrigues, “ao afirmar que o mestiço, dada a ‘mistura de raças mui diversas’ é ‘quase sempre desequilibrado’” (CORRÊA, Mariza, 1998, p. 52).

Vê-se assim delineado um perfil relativamente homogêneo no uso dos termos, modificado apenas em alguns aspectos peculiares em um ou outro autor. São quase modificações idiossincráticas, motivadas por rivalidades pessoais. O certo é que o termo ‘etnografia’ foi sempre usado sob o peso de sua origem, ligada ao “concerto etnocêntrico das nações européias” (MATOS, 1994). Nesse período, em que predomina o evolucionismo, a expansão colonial apresenta um cenário favorável à difusão de teorias classificatórias universalistas.

No fértil terreno temático e metodológico da antropologia, brotam e desenvolvem-se a etnografia e a etnologia. No declínio do Romantismo, levam adiante a dupla herança do movimento dividido entre a autocontemplação e o interesse pelo exótico. Isto é, aprofundam e problematizam os conceitos de nação e povo, colocando em relevo as diferenças e desníveis entre os grupos humanos, encarados como etnias.

Quando os termos etnografia e etnologia começam a circular nos meios eruditos, em meados do século XIX, seu sentido é vago e amplo como o objeto de estudo por eles configurado. Varia num âmbito que vai do cultural ao físico, do social ao racial, enfatizando esta ou aquela perspectiva; abrangendo um campo de investigação que ora acolhe os mais variados modelos de civilização, ora pretende concentrar-se nos povos ditos ‘primitivos’; privilegiando ora a descrição, ora a teorização (MATOS, 1994, p. 88).

Esse quadro representa bem o que se adiantou anteriormente, isto é, as variações são expressões superficiais numa profundidade mais constante e significativa. O que dá unidade ao uso dessas palavras é o evolucionismo de fundo, sustentado na expansão colonial europeia triunfante. Esses termos estão carregados dessa herança, da qual é impossível se livrar e reivindicar qualquer neutralidade ou imparcialidade universalista. Então, como encontrar inocência suficiente para fazer a ‘antropologia do universal’²²? As dificuldades em enfrentar esse desafio, e a relutância em colocar em perspectiva e “compreender retrospectivamente toda a história à luz do capitalismo”, explicam, em parte, porque ainda proliferam ferozes e virulentos racismos e fundamentalismos de toda espécie, heranças da negligência contumaz em se fazer a crítica ao colonialismo e ao imperialismo dominantes²³.

²² Deleuze & Guattari escreveram, no capítulo *Selvagens, Bárbaros, Civilizados*, do livro *O Anti-Édipo* (1976): “Se o universal está no fim, (...), nas condições determinadas pelo capitalismo aparentemente vencedor, como achar inocência suficiente para fazer história universal? (...) Em resumo a história universal, não é apenas retrospectiva, ela é contingente, singular, irônica e crítica” (p. 177-8).

²³ Especialmente, sobre o chamado *Racismo Imperial*, ver o texto de Michael Hardt, *A Sociedade Mundial de Controle* (In, ALLIEZ, 2000). Nele se destaca: “A substituição teórica da raça ou da biologia pela cultura encontra-se, assim, paradoxalmente metamorfoseada em teoria da preservação da raça. Esse deslizamento para a teoria racista mostra-nos como a teoria imperial e pós-moderna da sociedade de controle pode adotar aquilo que geralmente se concebe como uma posição anti-racista – ou seja, como uma posição pluralista contra todos os indicadores necessários da exclusão racial –, conservando ao mesmo tempo um sólido princípio de separação social” (p. 364).

Desafortunadamente, muitos ainda sustentam esses discursos supostamente inocentes, alegando uma base ‘científica’ para a ‘etnicidade’²⁴.

6. Considerações Finais

A análise da construção do ‘olhar patrimonial’, sobre a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro, se completa, a partir da determinação das razões institucionais que parecem explicar ou justificar o tombamento inusitado desse acervo, num período em que predominava a concepção arquitetural na política de patrimonialização implementada pelo antigo SPHAN. Isso se deu ao contrário do que acontece hoje, quando se difunde a idéia de patrimônio intangível e imaterial – tema já adiantado no projeto de Mário de Andrade, em 1936, mas só efetivado no início do século XXI²⁵. Nas primeiras décadas de fundação do órgão federal havia uma visão cristalizada no sentido de focar a ação preservacionista na salvaguarda dos bens e acervos culturais vinculados à herança arquitetural e mobiliária do barroco luso-brasileiro. Nesse contexto, causa certo espanto a proposição e efetivação do tombamento da coleção de objetos e peças de magia afro-brasileira, apreendidos pela ação policial implementada desde a década de 1920, no antigo Distrito Federal. Essa ação policial era controlada pela 1ª Delegacia Auxiliar, que aplicava o Código Penal Brasileiro para combater o baixo espiritismo, o charlatanismo, a pratica de

²⁴ Isso pode ser constatado na crescente difusão de uma “política da etnicidade”, que pretende identificar a emergência de “novas etnias”, desvelando o “despertar étnico” em toda parte. Sem colocar em questão o tom pejorativo e colonialista que o termo “etnia” carrega, alguns pretendem re-inventar “tradições étnicas”, “etnizando” as lutas populares na América Latina. Questões que se encontram debatidas no texto *O Paradigma Preservacionista na Berlinda* (CORRÊA, Alexandre; 2003b).

²⁵ Esforços no sentido de re-encontrar essa vocação, pela salvaguarda do patrimônio simbólico, encontram-se na curta atuação de Aloísio Magalhães (1927-1982) na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-82). Desde 1975, a frente do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) promoveu, pioneiramente, o registro de bens e atividades culturais vivas (MAGALHÃES, 1997).

medicina ilegal e a prática de sortilégios, além de outros delitos previstos na Lei Penal (Art. 156, 157 e 158). Como se verá no próximo capítulo, todo um aparato científico policial foi criado para amparar a ação dos detetives, assim como os juízes e outros agentes que deveriam manter a Segurança Pública. O Museu da Polícia Civil, na verdade, reuniu objetos e peças que foram recolhidas e capturadas na ação policial desenvolvida pelas quatro Delegacias Auxiliares, como está detalhadamente explicado no próximo capítulo, quando se apresentam as características do ‘olhar policial’ sobre a Coleção de Magia Negra.

Contudo, para concluir a análise da constituição do estatuto patrimonial do ‘olhar preservacionista’ sobre essa coleção museológica, é preciso considerar que nesse período, designado como o “tempo heróico” da atuação dos membros da “Academia SPHAN”, não havia um corpo conceitual e teórico desenvolvido que desse conta dos aspectos técnicos do tombamento de um acervo com essas características²⁶. Problemas técnicos que possivelmente não aconteceriam hoje, dado que se possui um quadro conceitual e teórico, que embora polêmico, foi construído para dar efetivo tratamento patrimonial a esses bens culturais de natureza simbólica, imaterial ou intangível. Em vista disso, tentou-se apresentar as condições epistemológicas que deram base concreta para a ação de preservação e tombamento dessa coleção heteróclita e pioneira, no país.

Tudo indica que o aparato conceitual que balizou essa ação se apoiava nos documentos produzidos por Mário de Andrade, na ocasião da propositura do

²⁶ “Durante o período que se estende de 1937 a 1979, a maioria dos monumentos e obras de arte tombadas como ‘patrimônio cultural’ era considerada como representante do chamado barroco brasileiro. Desde os anos trinta, o barroco tem sido oficialmente usado como signo totêmico da expressão estética da identidade nacional brasileira. Outros estilos como o neo-classicismo, foram colocados de lado” (SANTOS, 1996, 69).

Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional²⁷. O escritor paulista previa um dispositivo que atendia a essa demanda pela preservação de bens e acervos culturais, hoje designados como patrimônios imateriais ou intangíveis²⁸. Todavia, a proposta de Mário de Andrade não era única e exclusiva. Suas idéias concorriam com outras propostas de ação cultural e patrimonial, isto é, havia outras proposições de ação preservacionista. Uma das propostas concorrentes se encontra no artigo *Contribuição para o Estudo da Proteção do Material Arqueológico e Etnográfico do Brasil*²⁹, escrito por Heloísa Alberto Torres – na ocasião ela estava na organização da seção de antropologia e etnografia do Museu Nacional e, posteriormente, tornou-se diretora dessa instituição museológica³⁰. Nesse texto, a autora defende a proteção imediata dos acervos arqueológicos e etnográficos que estivessem em museus ou quaisquer instituições federais, estaduais, municipais ou de propriedade particular, que tivessem valor cultural significativo, como: “Produtos de arte de população indígena ou neo-brasileiras atuais que, tendo possuído um patrimônio de cultura original se encontrem em condições precárias econômicas e sociais e se revelam, assim, incapazes de defender o seu regime anormal de vida” (p. 10).

²⁷ “Da arte popular: Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia. Essas manifestações podem ser: a) Objetos: fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc; b) Monumentos: arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzes mortuárias de beira de estrada, jardins, etc; c) Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife; d) Folclore: música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc” (*Anteprojeto SPAN/1936*). Diversos objetos e peças que compõem a Coleção de Magia Negra se enquadram nos tópicos descritos.

²⁸ Decreto-lei nº 3.551, institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional e dá outras providências (04/08/2000). Nesse Decreto presidencial prevê-se a criação do Livro dos Saberes.

²⁹ Esse artigo encontra-se na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, de 1937.

³⁰ É preciso lembrar que houve muito conflito entre Heloísa A. Torres e Mário de Andrade. Este último criticava duramente a forma de organização do Museu Nacional, considerando-o uma instituição confusa como *The British Museum*, de Londres.

Ainda nesse artigo, Heloísa Torres considera indispensável o início urgente da organização de catálogos e registros minuciosos desses acervos, que deveriam relacionar as instituições e pessoas que detivessem as coleções. Nesse ponto cita explicitamente a Coleção de Magia Negra pertencente à Polícia Civil do Distrito Federal.

Lamentavelmente, considerando o fato que nesse primeiro período a ritualística dos processos de tombamento não se processava como atualmente no Conselho Consultivo do IPHAN, não se possuíam detalhes minuciosos sobre a propositura e procedimentos do tombamento dessa coleção. Esse foi o caso desse processo de tombamento *sui generis*, aqui pesquisado, que se deu em caráter de *ex-offício*, em 1938. Para atestar essa informação, salienta-se o fato de que apenas em 1940 foi feito o inventário das peças que foram objeto de tombamento e inscrição no Livro do Tombo. Esse foi possivelmente um dos elementos que contribuíram como um dos fatores determinantes para encobrir essa coleção museológica sob o manto da obscuridade. Algumas tentativas de decifrar o significado cultural desse tombamento foram feitas, como, por exemplo: “A qualificação e escolha deste acervo constituído basicamente por imagens de santos, objetos rituais e indumentária, representativos da religiosidade afro-brasileira, passa por várias discussões, desde o gosto pelo exótico até a coleção de símbolos da dominação” (SILVA, 2000, p. 94).

Ainda não se esgotaram as tentativas de explicar e justificar esse processo de patrimonialização. Neste ensaio, tenta-se recompor os diferentes olhares que vão fundar e constituir visões específicas sobre o estatuto museológico dessa coleção. Mas, é certo, as propostas de preservação dos bens e acervos culturais dessa natureza não se restringiram às idéias de Mário de Andrade e de Heloísa Alberto Torres. Encontra-se em Gustavo Barroso outra interessante tentativa de enquadrar conceitualmente os diversos conjuntos de peças e objetos mágicos e religiosos

recolhidos pelo país a fora. Como primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, fundado em 1922, Gustavo Barroso apresenta, num texto publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, a sua proposta de um Museu Ergológico Brasileiro:

(...) Entende-se por ergologia a parte da vida popular que envolve valores úteis ou artes de utilidades: cozinha, ofícios manuais, profissões rústicas, etc. (...) Temos, pois, em face dessa clara exposição do assunto, o esquema dum divisão da ciência folclórica em duas partes principais: a animologia, referente à alma, ou ao espírito: costumes, usos, cerimônias, ritos, fórmulas de vida, contos, cantos, músicas, danças, anexins, parêmsias, jogos, pulhas, adivinhações, apólogos, fábulas, etc.; e a ergologia: a que diz respeito aos 'valores de utilidade, desde os alimentos e os modos de prepará-los até os ofícios manuais como os de trançador de couro, prateiro, e profissões rústicas, algumas muito originais como as do domador, rastreador, cantor e curandeiro (BARROSO, 1942, p.433).

Seguindo a orientação de seu esforço museológico original, Gustavo Barroso formula uma classificação das variadas formas de artes e ofícios populares, entre as quais se destaca a da arte da feitiçaria.

Sua configuração é descrita deste modo:

1. Ritos: macumbas, candomblés e pajelanças; altares, orixás, maracás, tambores, espadas, ventarolas e conchas;
2. Tipos: feiteiros, curandeiros, benzedores e pais-de-santo;
3. Feitiços: despachos, caborjes, mandingas e patuás;
4. Talismãs: orações-de-trás da porta, amuletos, bentinhos, ferraduras, ovos, chifres e cabeça de boi (Idem, pp.445-446).

Essas diferentes propostas de enquadramento conceitual no museu e na lógica do patrimônio cultural apresentam, para além de sua aparente curiosidade histórica, uma constatação contundente de que havia uma expectativa positiva na preservação dessas peças e objetos representativos das 'crendices' e 'superstições' populares, assim como das práticas religiosas e mágicas do povo brasileiro. Superado o tom pejorativo e passadista, impregnado na visão evolucionista subjacente às práticas

preservacionistas, românticas e nostálgicas, é evidente que sobressai dessas propostas a constatação sociológica coerente de que, com o crescente e avassalador processo de urbanização e industrialização acelerado e inexorável, muitos desses costumes e práticas culturais tenderiam a desaparecer na sociedade brasileira moderna. Daí a museomania³¹, um traço civilizatório marcante, que já despontava no alvorecer da modernidade no país. E, parece certo, que o processo de patrimonialização e de musealização se intensificam, nesse momento, em função do incremento da ‘vertigem da perda’, numa sociedade que atravessou em poucas décadas transformações radicais no seu perfil sociológico básico: de uma sociedade eminentemente rural e agrária, passou-se, em poucas décadas do século passado, a uma das sociedades mais urbanas e industriais do planeta. As conseqüências e vicissitudes dessas transformações perturbadoras estão sendo avaliadas ainda hoje.

Referências

ALLIEZ, Eric (org.). **Gilles Deleuze**. São Paulo: 34, 2000

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. São Paulo: Duas Cidades, 1942

ANDRADE, Mário de. **Poesias completas**. São Paulo: Duas Cidades, 1950

³¹ “A museomania – esta vontade irreprimível de tudo conservar, classificar, exhibir – teria tudo para ser considerada como algo deslocado nesta sociedade cujo potencial destrutivo é inequivocamente sem similar, nesta sociedade da obsolescência programada de tudo. Não obstante, a museomania é contrapartida lógica de uma sociedade que se crê mudando permanentemente. De outro modo, sem a referência a um ‘estático’, como poderia ela reconhecer e apreciar o ‘dinâmico’? Assim, requisito estrutural, a sociedade que ‘muda’ se vê de algum modo obrigada a ‘conservar’” (RODRIGUES, 1990, p. 177).

ANDRADE, Mário de. **O Banquete**. São Paulo: Duas Cidades, 1977

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. São Paulo: Martins, 1979

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**. Brasília: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981

ANDRADE, Mário de. **Sociedade de etnografia e folclore**. São Paulo:DC/Prefeitura de São Paulo(1936-39). Rio de Janeiro: FUNARTE, INL; São Paulo: SMC, 1983

ANDRADE, Mário de. **Será o Benedito!** São Paulo: EDUC, 1992

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: USP. 1971

BARROSO, Gustavo. Museu Ergológico. **Anais do Museu Histórico Nacional**. V.3. Rio de Janeiro: 1942. p. 433-453.

BERSTEIN, Richard J. **Freud e o legado de Moisés**. Rio de Janeiro: Imago, 2000

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. "Era da bagunça." Comunicação pessoal em 19 nov. 2005. **ICOMOS/Brasil (LIIB)**: lista de discussão na Internet. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil/message/9934>).

CHÂTELET, François. **História da filosofia: idéias, doutrinas**. Vol VII: A Filosofia das Ciências Sociais: de 1860 aos nossos dias. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1981

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1998

COPANS, Jean (Org.). **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?** Lisboa: Edições 70, 1971.

CORRÊA, Alexandre F. **Festim barroco: um estudo sobre o significado cultural da festa de N. S. Prazeres nos Montes Guararapes**. Mestrado em Antropologia Cultural, UFPe. 1993.

CORRÊA, Alexandre F. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Luís e São Paulo**. São Luís: UFMA. 2003

CORRÊA, Alexandre F. **O paradigma preservacionista na berlinda: reflexões sobre a política do patrimônio cultural e das memórias sociais**. In, Revista Ciências Humanas em Revista/UFMA. CCH, São Luís, v.1, n.2. 2003b

CORRÊA, Alexandre F. **Museu Mefistofélico: a coleção museu de magia negra do Rio de Janeiro e o significado cultural do primeiro tombamento etnográfico do Brasil, em 1938**. Ensaio de Pós-Doutorado. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2006.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976

GURVITCH, Georges. **Tratado de sociologia**. Vol. I e II. Barcelos: Companhia Editora do Minho. 1977

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1970

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural I**. Brasília: Tempo Brasileiro, 1975

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural I**. Brasília: Tempo Brasileiro, 1976

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Viseu: Edições 70, 1986

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Olhar, escutar, ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

MAGGIE, Yvonne et al. **Arte ou magia negra?** Relatório FUNARTE – Convênio CNDA. Rio de Janeiro: (mimeo.), 1979

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Medo do Feitiço**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992

LÉVI-STRAUSS, Claude. Aqueles a quem foi negado a cor do dia. In, Maio, Marcos Chor (Org.) **Raça, ciência e sociedade** – Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCBB, 1996

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Os novos bacharéis**. Revista *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, abr., 2001

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Fetichismo, feitiço, magia e religião**. Fazendo Antropologia no Brasil / Neide Esterici, Petyer Fry e Miriam Goldenberg (Orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A, 2001

MATOS, Claudia Neiva de. **A poesia popular na república das letras**: Silvio Romero folclorista. Rio de Janeiro: FUNARTE/UFRJ, 1994

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001

RODRIGUES, José Carlos. **Ensaio de antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova. 1991

SANTOS, Boaventura de S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez. 2002

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2002

SILVA, Ivanei da. **A memória vigiada**: o papel do museu da polícia civil na construção da memória da polícia civil no Rio de Janeiro, 1912-1945. Dissertação de Mestrado. UNI-RIO, Rio de Janeiro, 2000.

SPERBER, Dam. **O saber dos antropólogos**. Lisboa: Edições 70, 1992

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

TODOROV, Tzvetan. **A vida em comum**. Campinas: Papyrus, 1996